

CURSO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA:

Questões Metodológicas e Evidências Empíricas

Módulo 4

Elementos para uma Estratégia Eficiente de Combate à Pobreza

Instrutor: Jimmy Oliveira

Questões Relevantes

- 1. O critério de pobreza adotado pelo FECOP permite a seleção dos beneficiários prioritários para os diferentes projetos?
- 2. Este critério permite a avaliação dos resultados da política de combate à pobreza no Estado?
- 3. O FECOP é um elemento de uma estratégia de combate a pobreza?
- 4. Quantas pessoas o FECOP retirou da pobreza?

Indicadores de Pobreza (Para que servem?)

Conforme enfatizado por Amartya Sen, o modo particular de medir um fenômeno deve depender da finalidade para a qual a medida resultante será utilizada.

No caso da medição da pobreza, existem vários propósitos concebíveis e aplicações para as medidas resultantes:

- (i)realização de diagnósticos específicos para a proposição de intervenções voltadas à melhoria do bem-estar da população pobre;
- (ii)focalização das políticas nos indivíduos com o maior nível de privações; e (iii)avaliação contínua de como suas diferentes políticas estão afetando as privações sofridas pela população pobre.

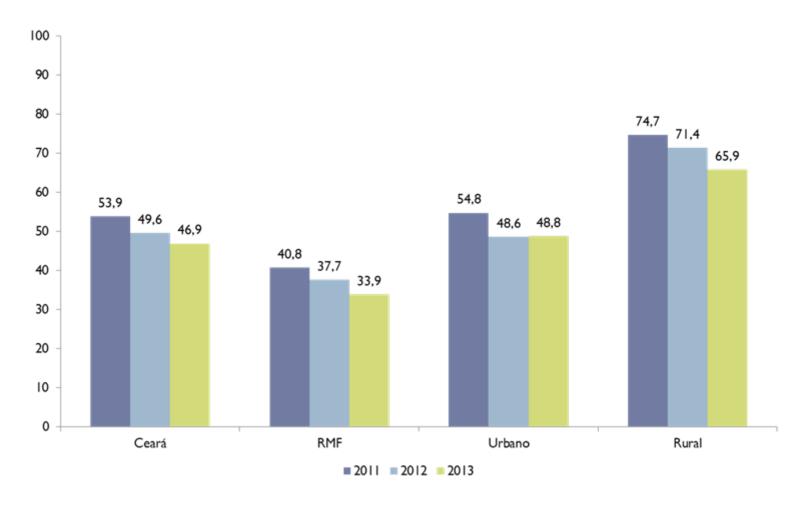
O critério de pobreza adotado pelo FECOP

Embora a legislação considere a linha de pobreza de ½ salário mínimo como critério para seleção de beneficiários, as ações empreendidas nos projetos financiados pelo FECOP contemplam outras dimensões como educação, condições de moradia, acesso a serviços públicos, etc.

De modo que, não é adequado usar o mesmo critério para selecionar pessoas para projetos sociais com diferentes objetivos. Por conseguinte, a seleção de beneficiários para cada projeto deve considerar as dimensões multidimensionais da pobreza.

Portanto, torna-se necessário a mudança no conceito de pobreza definida a partir da insuficiência de renda para um conceito mais amplo que engloba outras dimensões. Caso contrário, ficará a cargo das equipes dos projetos a definição de critérios adicionais para a seleção de beneficiários.

O critério de pobreza adotado pelo FECOP (Pobreza Monetária)



Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD - IBGE

Problemas com Linhas de Pobreza definida como múltiplos do salário mínimo

A prática de usar múltiplos do salário mínimo como linhas de pobreza ao invés de se fixar o salário mínimo de um ano-base prejudica a comparação temporal dos índices de pobreza em um horizonte maior de tempo.

Isto ocorre porque os dados sobre pobreza devem ser recalculados em função do salário mínimo mais recente, fazendo com que os valores passados da série se modifiquem, dado que a nova linha de pobreza é mais alta do que a anterior em valores reais.

Este fato faz com que medidas de pobreza baseadas no salário mínimo percam a credibilidade, além de dificultar a avaliação dos resultados das políticas de combate à pobreza.

Avaliação dos Resultados da Política de Combate à Pobreza com base no Critério de Pobreza (1/2 s. m.)

Indicadores de avaliação de programas de combate à pobreza devem refletir o desenho de políticas e programas específicos para permitir avaliar seu efeitos.

Se a política de combate à pobreza depende de uma estratégia multissetorial construída a partir de um conjunto de políticas sociais, uma medida de pobreza multidimensional ou um conjunto mais amplo de medidas de pobreza ou indicadores sociais podem ser mais úteis.

Tanto melhor e mais defensável será um indicador de Pobreza quanto mais ele se revela útil tanto para realização de diagnósticos da pobreza como para avaliação das estratégias adotadas ao longo do tempo.

Pobreza Multidimensional x Monetária

Um desenvolvimento importante no estudo da pobreza nos últimos anos é a mudança de ênfase em uma única dimensão para uma abordagem multidimensional.

Isso ocorre porque o bem-estar da população e, consequentemente, o seu nível de pobreza, dependem de múltiplas dimensões. A renda é apenas uma delas.

Além do mais, identificar a população em que predominam uma ou mais dimensões é fundamental para o planejamento das ações para combatê-la, principalmente, para a melhor focalização nos grupos em que as dimensões se superpõem, isto é, nos grupos que podem ser considerados pobres em mais de uma dimensão simultaneamente.

Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)

Em 1990, o PNUD publicou o seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), com o recém-criado Índice de Desenvolvimento Humano.

A partir de então, a abordagem do desenvolvimento humano afetou profundamente toda uma geração de responsáveis por políticas e especialistas do desenvolvimento de todo o mundo.

Agora é quase universalmente aceito que o sucesso de um país ou o bemestar de um indivíduo não podem ser avaliados somente pela renda.

Os impactos do RDH ilustraram a ideia de que o pensamento político deve ser informado e estimulado por uma exploração mais profunda das dimensões fundamentais do desenvolvimento humano.

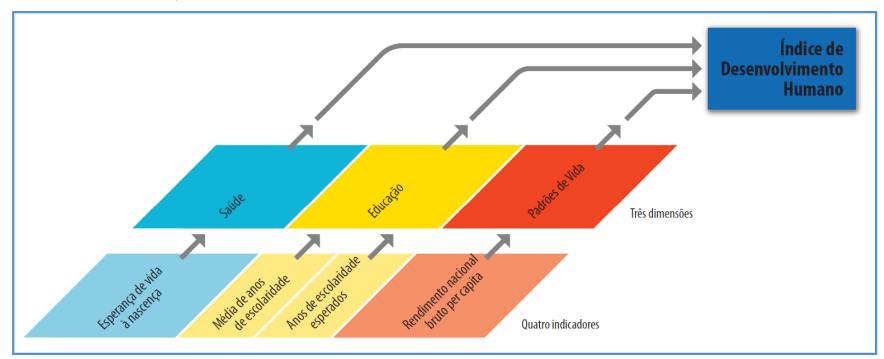
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida agregada do progresso em três dimensões – saúde, educação e rendimento. O IDH é obtido a partir dos seguintes indicadores:

- (i) A longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer, reflete as condições de saúde da população;
- (ii) Na dimensão da educação, a média de anos de escolaridade substitui a alfabetização e as matrículas brutas são reformuladas como anos de escolaridade esperados; e
- (iii) Para medir o padrão de vida, o rendimento nacional bruto (RNB) per capita substitui o produto interno bruto (PIB) per capita.

Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

IDH - três dimensões e quatro indicadores



Nota: Os indicadores apresentados nesta figura seguem a nova metodologia, conforme definida na caixa 1.2.

Fonte: GRDH.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Em nível de municípios, o Programa das Nações Unidas (PNUD) calculou para os anos de 1991 e 2000 e agora para o ano de 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Apesar de utilizar metodologia semelhante ao cálculo do IDH para países, o PNUD ressalta em seus manuais que não pode ser feitas comparações entre os dois (IDH e IDHM), pois para o cálculo do IDHM são realizadas adaptações metodológicas do IDH em nível municipal como, por exemplo, a utilização de outras bases de dados e de outros indicadores para o cálculo do índice.

Figura 1: Mapas temáticos para o IDHM dos municípios cearenses referentes aos anos de 2000 e 2010.

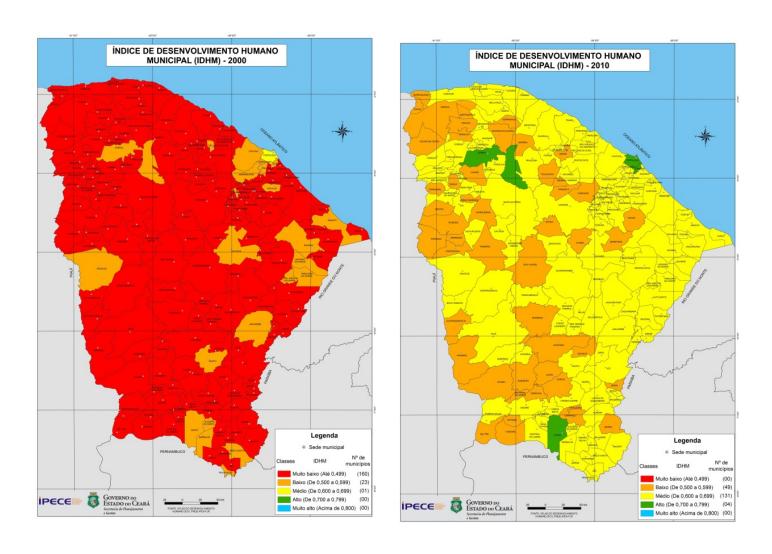


Tabela 1: Os 10 maiores e menores municípios quanto ao IDHM dos anos de 2000 e 2010.

MUNICÍPIO	2000		2010					
	IDHM	POSIÇÃO	IDHM	POSIÇÃO				
10 MELHORES EM 2010								
FORTALEZA	0,652	1º	0,754	1º				
SOBRAL	0,537	8₀	0,714	2º				
CRATO	0,577	2º	0,713	3º				
EUSÉBIO	0,507	20º	0,701	49				
JUAZEIRO DO NORTE	0,544	7º	0,694	5º				
MARACANAÚ	0,575	3º	0,686	6º				
BARBALHA	0,517	18⁰	0,683	7º				
CAUCAIA	0,555	5º	0,682	8ō				
LIMOEIRO DO NORTE	0,561	4º	0,682	9º				
IGUATU	0,546	6º	0,677	10⁰				
10 PIORES EM 2010								
GRAÇA	0,381	169⁰	0,570	175⁰				
PARAMBU	0,387	166⁰	0,570	176⁰				
AIUABA	0,365	181º	0,569	177⁰				
GENERAL SAMPAIO	0,392	164º	0,568	178⁰				
URUOCA	0,394	161º	0,566	179⁰				
ARARIPE	0,371	176⁰	0,564	180⁰				
ITATIRA	0,362	182º	0,562	181º				
POTENGI	0,396	158⁰	0,562	182º				
GRANJA	0,371	177⁰	0,559	183º				
SALITRE	0,326	1849	0,540	184º				

Em Setembro de 2000, 189 chefes de Estado e de governo adoptaram a Declaração do Milênio da Organização das Nações Unidas. Como meio de promover o desenvolvimento e a erradicação da pobreza, a declaração estabelecia uma série de metas que se tornaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Os objetivos e os indicadores e metas associados ao ODM denotam compromissos relacionados com a fome e a pobreza extrema, o ensino fundamental, a igualdade de género, a mortalidade infantil, a saúde maternal, o HIV e a AIDS, a malária e outras doenças, a sustentabilidade ambiental e as parcerias globais para o desenvolvimento.

O apoio generalizado mobilizado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estimulou o debate e promoveu os avanços nas prioridades nucleares do desenvolvimento humano.

Objetivo 1: Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome

Meta 1: Reduzir a um quarto, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia.

Meta 2: Erradicar a fome entre 1990 e 2015.

Objetivo 2: Atingir o Ensino Fundamental Universal

Meta 3: Garantir que, até 2015, todas as crianças, de todas as regiões do país, independentemente da cor, raça e do sexo, concluam o Ensino Fundamental.

Objetivo 3: Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia da Mulher

Meta 4: Eliminar as disparidades entre os sexos no Ensino Fundamental e Médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

Objetivo 4: Reduzir a Mortalidade Infantil

Meta 5: Reduzir em 2/3, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade.

Objetivo 5: Melhorar a Saúde Materna

Meta 6: Reduzir em 3/4, entre 1990 e 2015, a razão de Mortalidade Materna.

Objetivo 6: Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras Doenças

Meta 7: Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento para HIV/AIDS para todos aqueles que o necessitem.

Meta 8A: Até 2015, deverá ser reduzida a incidência da malária e da tuberculose.

Meta 8B: Eliminar, até 2010, a hanseníase.

Objetivo 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental

Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.

Meta 10: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção de população sem acesso permanente e sustentável a água potável e esgotamento sanitário.

Meta 11: Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

Objetivo 8: Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento Metas 12 a 18

Índice de Pobreza Multidimensional (MPI)

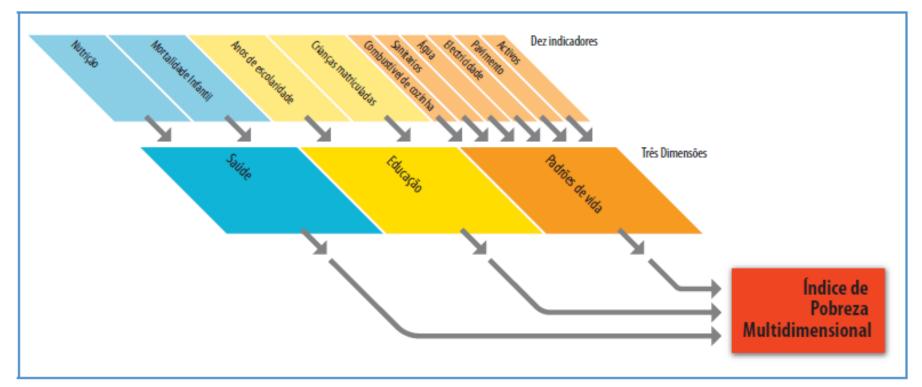
O RDH 2010 introduziu o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI), que complementa as medidas baseadas na renda ao tomar em consideração diversas privações e respectiva sobreposição.

O índice identifica privações nas mesmas três dimensões que compõem o IDH e mostra o número de pessoas que são pobres (que sofrem um dado número de privações) e o número de privações com as quais as famílias pobres normalmente se defrontam.

Ele pode ser decomposto por dimensão para mostrar como se modifica a composição da pobreza multidimensional em incidência e em intensidade nas diferentes regiões, grupos étnicos, etc., trazendo implicações úteis para a formulação de políticas.

Componentes do Índice de Pobreza Multidimensional (MPI)

Índice da Pobreza Multidimensional – três dimensões e dez indicadores



Nota: O tamanho das caixas reflecte o peso relativo dos indicadores.

Fonte: Alkire e Santos (2010).

Experiência Internacional – México

Em 2004, foi aprovada a Lei Geral do Desenvolvimento Social (LGDS) a qual criou, em 2006, um Conselho independente para Avaliação da Política Social (CONEVAL), que elaborou uma medida de Pobreza Multidimensional (MPI).

Em 2009, o México tornou-se no primeiro país a adoptar uma medida da pobreza multidimensional que reflete as múltiplas privações que leva em conta os seguintes indicadores: renda per capita, defasagem escolar, acesso a serviços de saúde, acesso a seguridade social, qualidade da habitação, acesso à serviços básicos, acesso a comida e o grau de coesão social.

A cada dois anos são feitas estimativas nacionais e estaduais e a cada cinco são realizadas estimativas municipais.

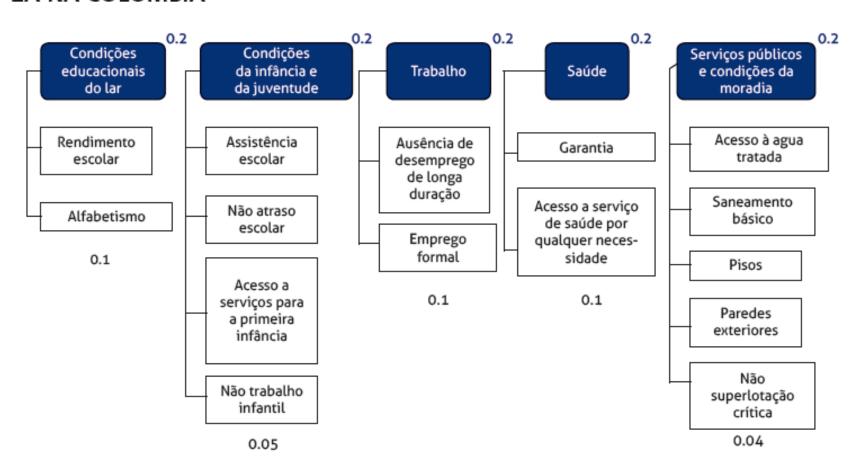
Experiência Internacional – Colômbia

No ano de 2011, o Governo da Colômbia adotou uma estratégia de redução de pobreza inovadora, que estabelece metas específicas para a redução da pobreza multidimensional juntamente com pobreza pela renda e a desigualdade.

O MPI-Colômbia utiliza uma estrutura de pesos agrupada na qual cada dimensão possui o mesmo peso e cada indicador possui o mesmo peso dentro de cada dimensão.

Utilizou-se o MPI-Colômbia para determinar as metas específicas e monitorar o andamento no Plano de Desenvolvimento Nacional.

FIGURA 1: DIMENSÕES E PRIVAÇÕES CONSIDERADAS PARA ESTIMAR A POBREZA NA COLÔMBIA



Fonte: HAMMOCK, 2013

Experiência Nacional – PBSM

O Banco Mundial desenvolveu uma medida de pobreza multidimensional para avaliar os resultados do PBSM, que combina indicadores de pobreza monetária e vulnerabilidade social (baseada em escala de privações de acesso a direitos, bens e serviços).

Esta abordagem permite a distinção de quatro grupos de pobreza específicos:

i.severamente pobres;

ii.moderadamente pobres;

iii.vulneráveis por escassez;

iv.pobres transientes.

Experiência Nacional – PBSM

Os severamente pobres constituem a parte da população que é simultaneamente extremamente pobre (considerando apenas a renda) e multidimensionalmente pobre.

Os moderadamente pobres são aqueles já acima da linha da extrema pobreza (apesar de ainda pobres por renda), porém, ainda em uma situação de vulnerabilidade quando consideradas as privações.

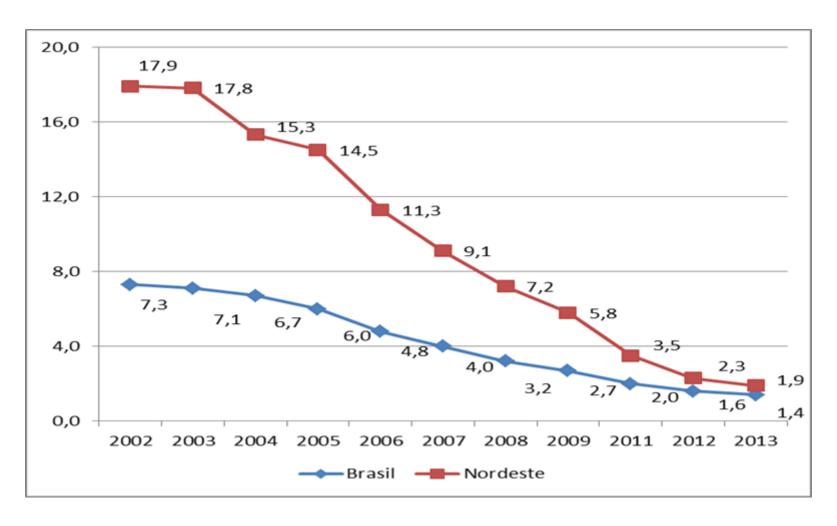
Os vulneráveis por escassez, apesar de já se encontrarem numa posição razoável quanto à renda, são considerados multidimensionalmente pobres.

Os pobres transientes são o grupo de indivíduos pobres levando em consideração a renda e não multidimensionalmente pobres.

Pobreza Crônica: Renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 140 e privação simultânea em 3 ou mais dimensões

Dimensões	Indicador
Frequência Escolar das Crianças	Se alguma criança em idade escolar (7 a 17 anos) não está na escola
Anos de Escolaridade	Se nenhum dos membros da família tem 8 anos de estudo ou mais
Saneamento Básico	Se o domicílio não tem acesso à rede coletora der esgoto ou fossa séptica
Acesso à agua	Se o domicílio não tem acesso à agua encanada fornecida pela rede geral de abastecimento, poço ou nascente
Eletricidade	Se o domicílio não tem acesso à eletricidade
Habitação	Se o domicílio não foi construído com material de alvenaria
Ativos	Se o domicílio não possui pelo menos dois dos seguintes bens: i) refrigerador/freezer; ii) telefone fixo/celular; iii) fogão elétrico ou a gás

Pobreza Crônica: Renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 140 e privação simultânea em 3 ou mais dimensões



Fonte: PNAD/IBGE, SAGI/MDS.

Proposta de um Índice de pobreza multidimensional para o FECOP

O objetivo desta seção é desenvolver uma proposta de índice de pobreza capaz de apoiar os processos de formulação de políticas públicas cujo objetivo não é apenas a aumentar a renda da população, mas tentar atingir múltiplos objetivos e/ou atingir diferentes grupos ao mesmo tempo.

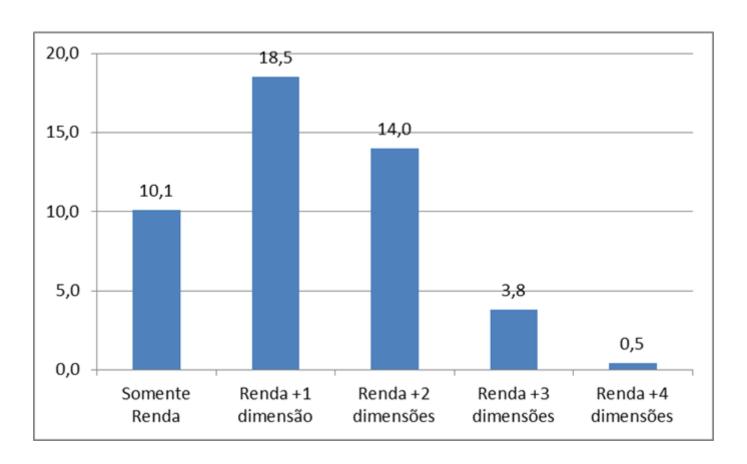
Sob tal perspectiva, a medição da pobreza deve ser um instrumento para a avaliação da eficácia de tais políticas nas diversas dimensões consideradas. De tal maneira que, além de um indicador global de pobreza sejam necessários indicadores específicos para cada dimensão descrita na categorização dos projetos do FECOP.

Proposta de um Índice de pobreza multidimensional para o FECOP (2013)

Dimensão	Ceará	Não Pobres	Pobres
Insegurança Alimentar Grave	5,2	2,4	8,5
Domicílio precário	2,1	1,0	3,4
Acesso á agua	18,5	13,6	23,8
Saneamento Básico	51,3	41,7	63,3
Jovem (15 a 24 anos) Nem estuda nem trabalha	24,6	17,5	31,6
Criança (1 a 5 anos) for a da escola	44,1	37,3	46,8

Fonte: PNAD/IBGE. IPECE/DISOC.

Proposta de um Índice de pobreza multidimensional para o FECOP (2013)

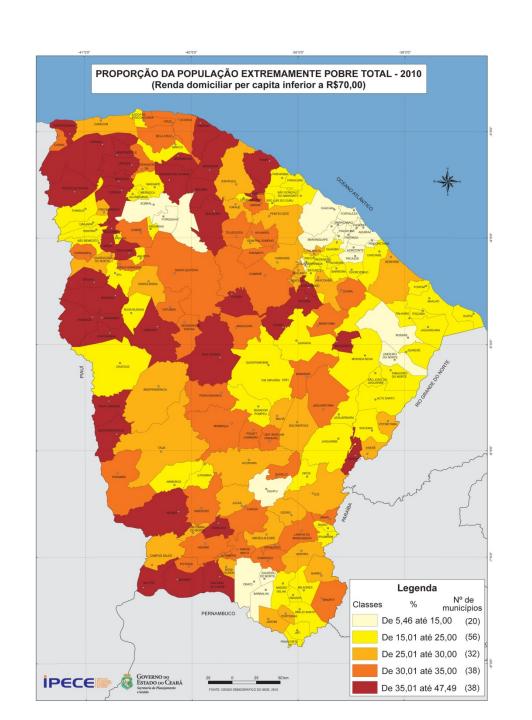


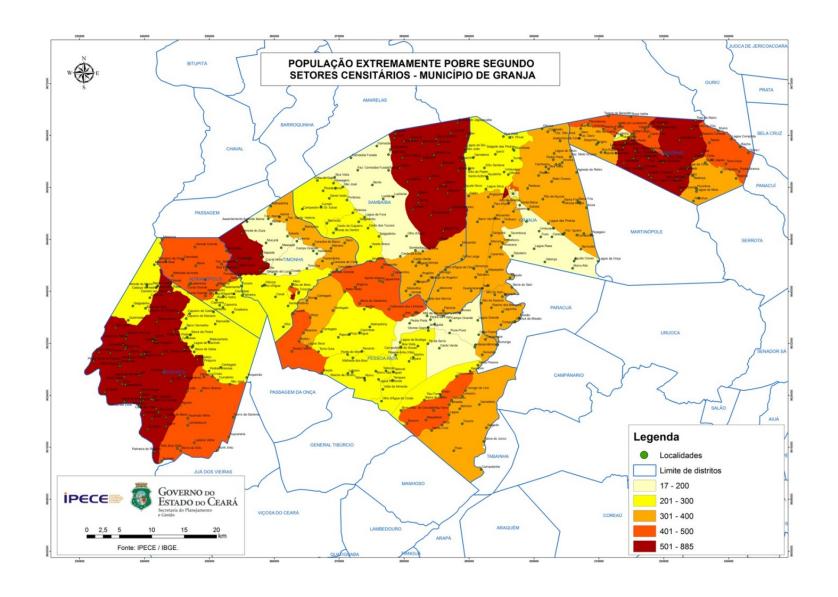
Fonte: PNAD/IBGE. IPECE/DISOC.

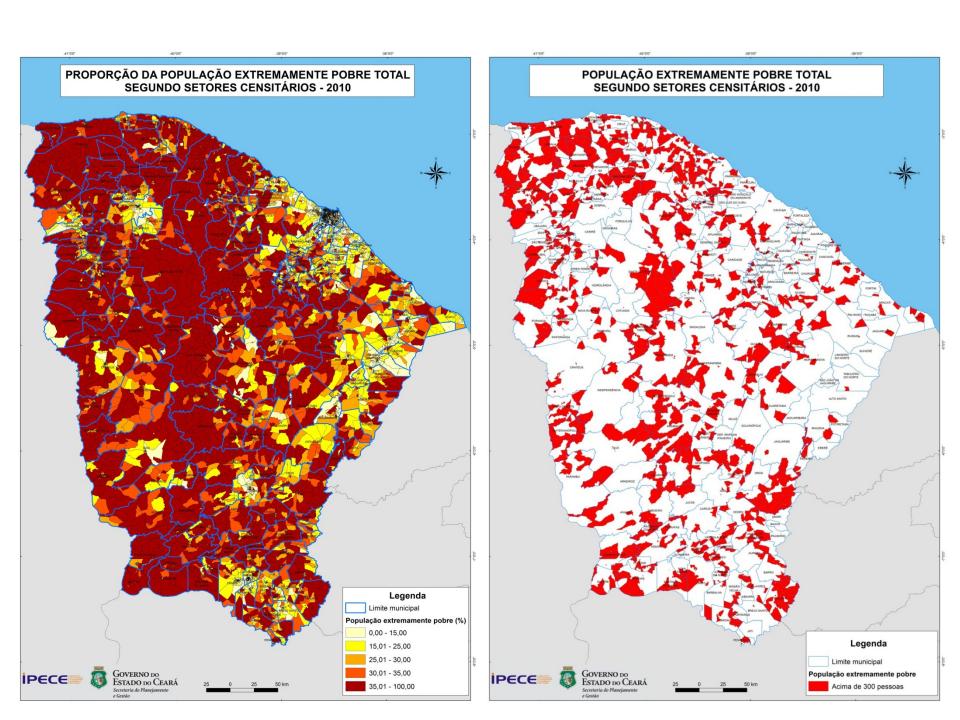
Focalização dos projetos FECOP nas áreas mais pobres do Estado

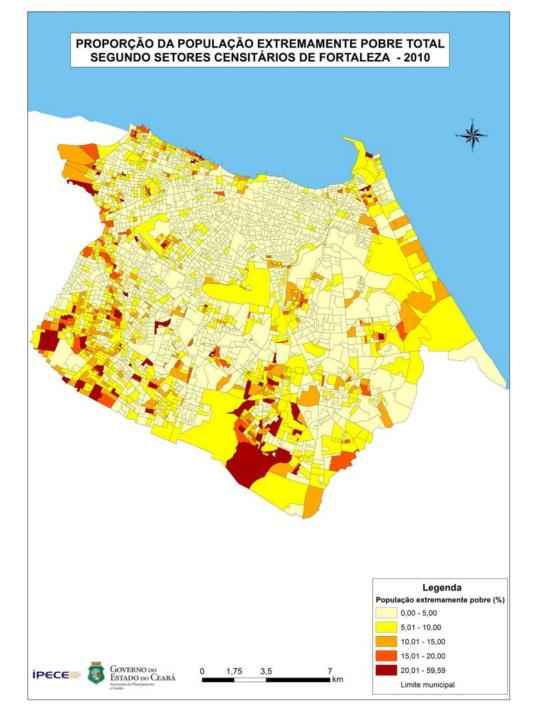
O critério de seleção dos beneficiários dos projetos financiados pelo FECOP prioriza a aplicação dos recursos nas regiões mais pobres do estado?

A identificação das áreas mais pobres do Estado é o estágio inicial para a elaboração de um perfil de pobreza que permita identificar os grupos socioeconómicos que são mais intensamente afetadas pela pobreza, isto é, que podem ser considerados pobres em mais de uma dimensão simultaneamente.





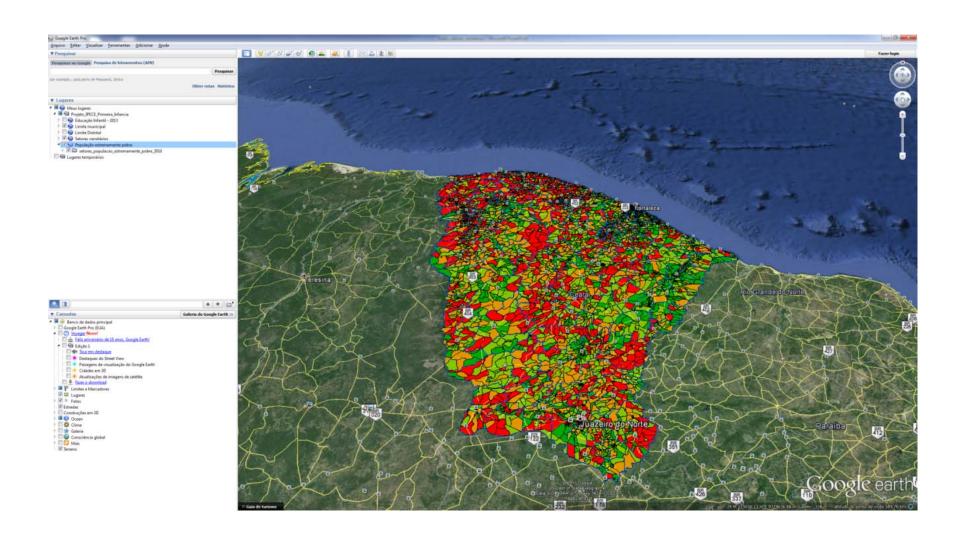




Detalhe para o município de **Fortaleza**, que possuiu uma proporção de 5,46% de sua população na condição de extrema pobreza em 2010.

Não obstante, quando analisado um recorte territorial inframunicipal verificam-se desigualdades sociais, com por exemplo, a presença de setores censitários detendo percentuais acima de 15% de sua população na condição de extrema pobreza.

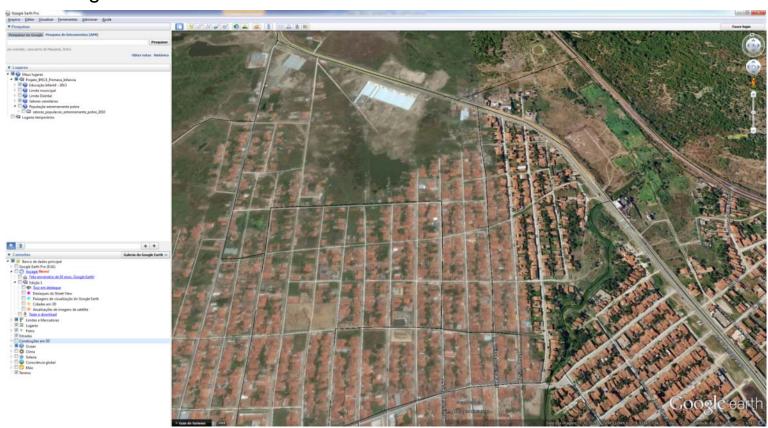
FERRAMENTA PARA FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL DOS PROGRAMAS DO FECOP



FERRAMENTA PARA FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL DOS PROGRAMAS DO FECOP



✓ Imagem de satélite referente ao setor censitário mostrado anteriormente.







Integração dos Programas Existentes

Nenhum projeto isoladamente conseguirá retirar da pobreza uma família com privações em várias dimensões.

Os projetos atuais operam de forma desintegrada, sendo que os beneficiários de cada projeto são selecionados de forma independente.

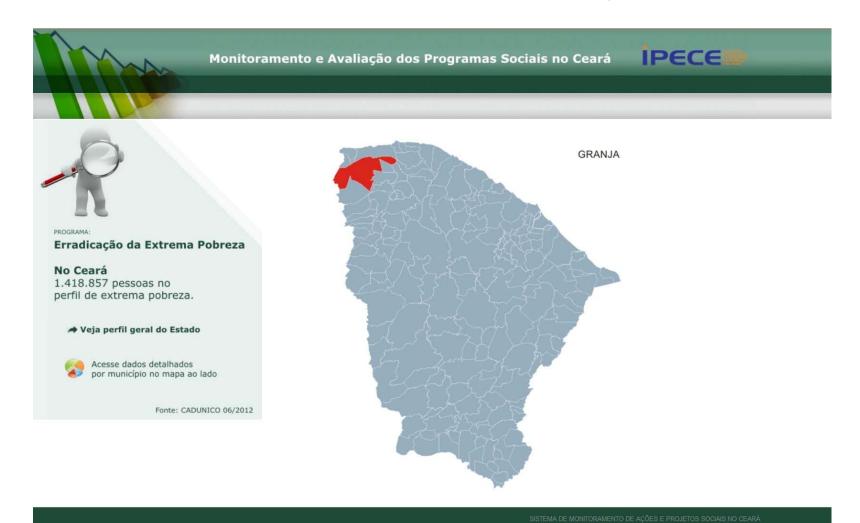
Tal situação leva à pouca comunicação entre os gestores e entre os sistemas de informação dos diferentes projetos, o que implica que, possivelmente, famílias com graus de carência semelhantes tenham acesso completamente diferenciado aos projetos do FECOP.

Podem haver casos em que áreas ou famílias estão sendo atendidas por diferentes projetos, enquanto em outras nenhum atendimento encontra-se disponível.

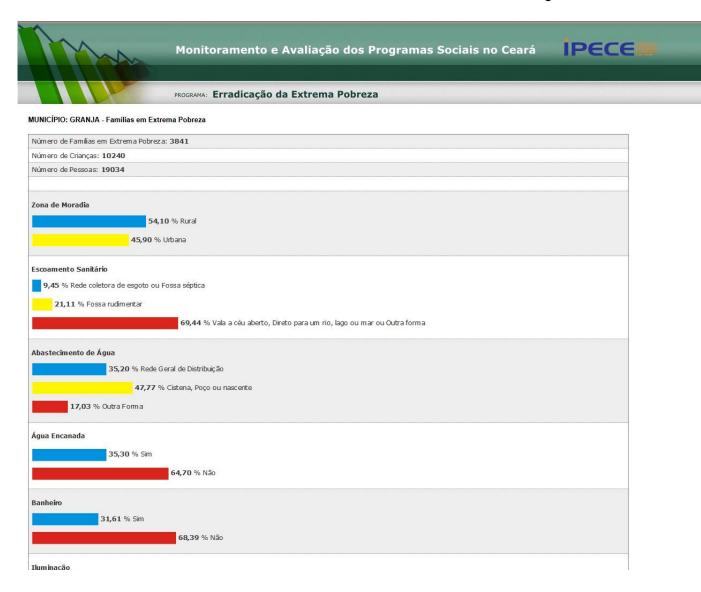
Atualmente, as bases de dados das secretarias e de seus projetos não são integradas. Um "primeiro passo" a ser dado é a integração dessas bases de dados e a formalização de um sistema de informações dos projetos do FECOP.

Uma ferramenta importante nesse processo é o CadÚnico. Hoje, o CadÚnico é o maior e mais abrangente banco de dados sobre famílias pobres e possui informações das famílias em situação de pobreza – definida como renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Caso as bases de dados dos programas sociais do Estado possuam o NIS ou o CPF dos beneficiários é possível integrá-las com o CadÚnico, integrando-os aos programas do Governo Federal.



Fonte dos dados: CADUNICO e GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ.





MUNICÍPIO: GRANJA - Famílias em Extrema Pobreza

Código Familia	Pessoas	CRIANÇAS	ZONA	ESGOT_SANIT	FORMA_ABS_AGUA	AGUA	BANHEIRO	LUZ	Renda Sem PBF	Renda com PBF	TOTAL
115.357.092	4	2	0	0	0	0	0	0	0	9	32
121.685.993	4	2	1	1	0	0	0	0	0	8	32
129.559.652	4	1	0	2	0	0	1	0	32	40	32
138.583.277	3	1	1	2	0	0	1	0	0	12	32
840.993.056	3	2	1	2	1	1	1	3	0	11	32
1.723.806.773	2	1	1	2	1	1	1	3	0	17	32
1.769.206.680	5	3	1	2	1	1	1	3	11	17	32
121.885.496	6	1	0	0	0	0	0	0	55	61	32
121.830.837	3	1	1	2	2	1	1	3	0	11	32
138.666.482	5	2	1	2	1	1	1	0	22	29	32
121.864.146	3	2	0	2	0	0	1	0	0	11	32
138.747.997	3	1	1	2	1	1	1	3	0	11	32
97.177.733	2	1	0	2	0	0	1	0	40	59	38
138.593.582	4	1	0	1	0	0	0	0	53	63	38
840.858.604	4	1	1	1	1	1	0	0	53	63	38
1.725.298.678	5	3	1	0	1	1	0	0	42	56	64
1.612.668.518	4	2	0	2	0	0	1	0	0	16	64
121.737.209	3	2	0	1	0	0	0	0	0	22	64
138.632.820	4	2	1	2	2	1	1	0	17	34	64
1.568.614.020	4	2	1	2	1	1	1	3	50	67	64
1.696.490.758	3	2	0	1	0	0	0	0	0	22	64
1.814.763.120	3	2	0	1	0	0	0	0	0	22	64
1.745.787.844	4	2	1	2	1	1	1	0	0	18	64
138.713.588	4	2	0	1	0	0	0	0	0	17	64
1.625.219.440	4	2	0	0	0	0	0	0	0	16	64
138.682.500	5	2	0	0	2	1	0	0	0	13	64
115.338.462	6	2	1	2	2	1	1	3	40	52	64
121.823.628	3	2	1	2	1	1	1	0	0	24	64
121.869.377	4	2	0	2	2	1	1	0	0	16	64



Monitoramento e Avaliação dos Programas Sociais no Ceará



PROGRAMA: Erradicação da Extrema Pobreza

CÓDIGO DA FAMÍLIA Nº 115.357.092

Número de Pessoas: 4

Número de Crianças: 2

Zona de Moradia: URBANA

Escoamento Sanitário: Rede coletora de esgoto ou Fossa séptica

Abastecimento de Água: Rede Geral de Distribuição

Água Encanada: SIM

Banheiro: SIM

Iluminação: Elétrica com medidor próprio ou comunitário

Renda Familiar per capita real (s/PBF): R\$ 0

Renda Familiar per capita real (c/PBF): R\$ 8,83

Valor Total dos Benefícios recebidos: R\$ 32,00

Valor para sair da situação de Extrema Pobreza: R\$ 244,68

Programas que assistem essa família:

Governo Federal Governo Estadual Governo Municipal



Monitoramento e Avaliação dos Programas Sociais no Ceará



PROGRAMA: Erradicação da Extrema Pobreza

PESSOA 01

Código da Família: 115357092

Numero do NIS: 16372649757

Parentesco: Pessoa Responsável pela Unidade Famíliar - RF

Idade: 39

Sexo: Femínino

Cor ou Raça: Parda

Deficiência Física: Não

Sabe Ler e Escrever: Sim

Frequenta Escola: Não, já frequentou

Curso que Frequenta:

Ano e Série:

Curso mais elevado que a pessoa frequentou: Ensino Fundamental 1º a 4º séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau

Útimo ano frequentado:

Concluiu o curso: Não

próxima pessoa >>

Data dos dados: 27/05/2011

SISTEMA DE MONITORAMENTO DE AÇÕES E PROJETOS SOCIAIS NO CEAR.

Fonte dos dados: CADUNICO e GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Coordenação Centralizada dos Programas

- Criação de um Comitê de Monitoramento e Avaliação composto pelo governador e secretários, tendo como objetivo definir prioridades e acompanhar os indicadores de resultado;
- Criação de um Grupo técnico de Monitoramento e Avaliação formado por técnicos da CCOPI/SEPLAG e IPECE;
- 3. Criação de Grupos de Trabalho nas secretarias que ficariam responsáveis pela elaboração e execução dos programas sociais.

Obs.: O CCPIS continuaria cumprindo o seu papel de analisar, aprovar e acompanhar a execução financeira dos projetos.

Construção de um Sistema de Monitoramento e Avaliação

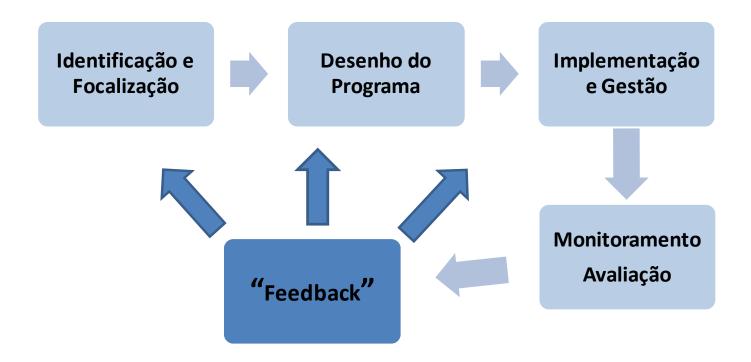


Figura 1: Feedbacks do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SM&A) de Políticas Sociais do Estado

Monitoramento dos Projetos

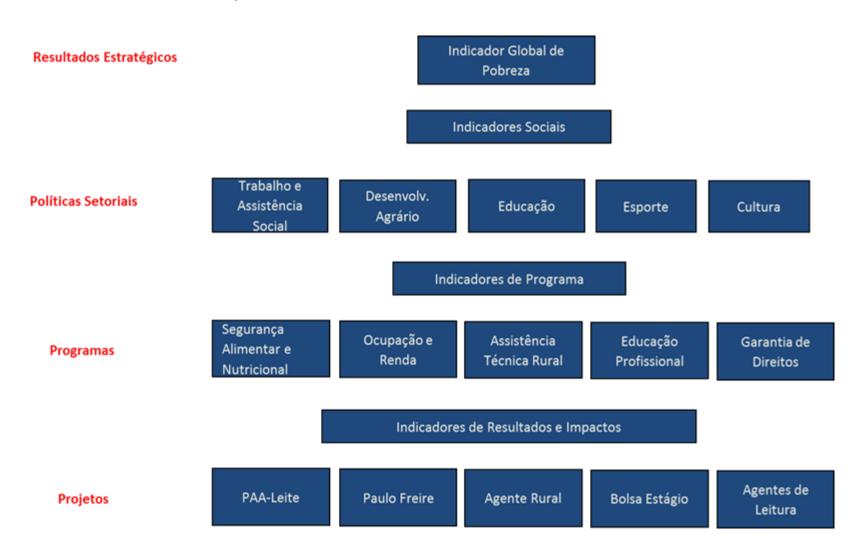
Instituir um processo contínuo de acompanhamento do desempenho dos projetos em relação às metas estabelecidas e os resultados desejados por meio de indicadores produzidos regularmente.

- 1. Acompanhamento de indicadores definidos na Matriz de Marco Lógico dos Projetos;
- 2. Acompanhamento dos indicadores de resultados setoriais;
- 3. Acompanhamento dos indicadores globais de pobreza

Matriz de Marco Lógico dos Projetos

MARCO LÓGICO											
Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos							
Impactos	Objetivos de longo prazo do projeto. É o objetivo mais amplo para o qual o projeto contribui.	Sinalizadores de uma situação ou estado qualquer.	Fontes de verificação para elaborar os	Condicionalida des que podem se interpor à							
Resultados	Descreve a contribuição imediata do projeto para resolver um determinado problema ou demanda pública.	Podem ser traduzidos em número e/ou percentual	indicadores de desempenho em cada nível.	consecução dos objetivos e metas do projeto.							
Produtos	Entregas resultantes das atividades do projeto.			Situam-se fora da							
Atividades	Esforço a ser desenvolvido por meio de ações que levem à obtenção dos produtos especificados.			governabilidad e do projeto, mas admitem a influência do							
Insumos	São os recursos necessários para a execução das atividades do projeto.			gestor.							

Acompanhamento de Indicadores



Avanços e Desafios

- I. Criação de um modelo padrão para elaboração de projetos (2012);
- II. Lançamento de um Programa de Formação Continuada para as equipes dos projetos (2014);
- III. Construção dos Marcos Lógicos dos Projetos FECOP (2014);
- IV. Realização de Oficinas de Elaboração de Indicadores de Resultados e Impactos (2015);
- V. Elaboração de Termo de Referência para Construção do Sistema de Monitoramento e Avaliação do FECOP (2015).

Obrigado.

jimmy.oliveira@ipece.ce.govr.br www.ipece.ce.gov.br Fone: (85) 3101-3507

IPECE - Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Cambeba • Cep 60.822-325 • Fortaleza / Ceará
 Fones: (85) 3101-3496 | 3101-3521 - Fax: (85) 3101-3500